

A. I. N° - 298917.0001/03-2
AUTUADO - R. DE CÁSSIA XAVIER BANNACH
AUTUANTE - ANITA MÁRCIA PIRES AZEVEDO
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ (INFAZ BROTAS)
INTERNET - 11/06/2003

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0211-03/03

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. **a)** IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. **b)** IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Infrações caracterizadas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 31/03/03, para exigir o ICMS no valor de R\$6.710,00, acrescido da multa de 50%, em decorrência de:

1. Recolhimento a menos do imposto, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), conforme a Planilha de Cálculo para Mudança de Faixa acostada aos autos;
2. Falta de recolhimento do imposto, nos prazos regulamentares, na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), conforme a Planilha de Cálculo para Mudança de Faixa juntada aos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 30) alegando que a autuante realizou uma mudança de faixa de tributação, sem que seu estabelecimento tivesse efetuado aquisições em valores acima de R\$30.000,00. Aduz, ainda, que apresentou as DMEs com os montantes reais de suas operações e nenhuma delas comprova a necessidade de mudança de faixa no enquadramento no SimBahia. Por fim, pede a improcedência do Auto de Infração.

A autuante, em sua informação fiscal (fls. 34 e 35), mantém a autuação, esclarecendo que o contribuinte está enquadrado no SimBahia como microempresa e, desde a sua opção, entregou as Declarações do Movimento Econômico-Financeiro da Microempresa (DME) com “os campos zerados, apesar das evidências de que [...] vinha desenvolvendo regularmente as atividades do comércio”.

Prossegue dizendo que, ao ser intimado a apresentar os livros e documentos na atividade de monitoramento, o autuado compareceu à repartição e, a partir de sua documentação, foi levantado o débito do presente lançamento, tendo em vista que o mesmo não cumpriu o disposto no inciso IV do parágrafo único do artigo 386-A do RICMS/97, que determina que “quando a receita bruta ajustada acumulada ou o volume de entradas de mercadorias e serviços tomados dentro do próprio exercício ultrapassar em mais de 20% (vinte por cento) o limite máximo da faixa em que estiver enquadrado, nos termos deste artigo, o contribuinte deverá informar à Secretaria da Fazenda os valores de entradas e serviços tomados e do faturamento obtidos no exercício, para efeito de determinação de novo valor mensal devido, até o dia quinze do mês subsequente àquele em que se configurar o fato determinante da alteração”.

Salienta ainda que, como as DMEs inicialmente entregues não retratavam o real movimento de aquisições e vendas do autuado, não foi possível ao sistema de processamento da SEFAZ/BA efetuar o seu reenquadramento automático. Somente após intimado, é que o sujeito passivo procedeu à retificação dos dados constantes nas informações econômico-financeiras do período de 1999 a 2002, chegando-se, então, aos valores apurados neste lançamento.

VOTO

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigir o imposto devido pelo contribuinte na condição de microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), em função de seu reenquadramento em outra faixa de tributação.

Para apurar os valores de débito, a autuante utilizou-se das Declarações do Movimento Econômico de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (DME) retificadoras apresentadas pelo contribuinte, após ser intimado a apresentar a sua documentação.

O Regime Simplificado de Apuração do ICMS – SIMBAHIA foi criado pela Lei nº 7.357/98, com efeitos a partir de 01/01/99, regime que consiste no tratamento tributário diferenciado aplicado a categorias de contribuintes do ICMS, como microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, sendo exigido que os interessados em adotar este tratamento tributário se submetam às condições e limites fixados na Lei, implicando renúncia expressa à utilização de quaisquer créditos fiscais.

Especificamente em relação às empresas enquadradas no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), o RICMS/97 estabelece o seguinte, de acordo com as transcrições abaixo, que são necessárias pelo fato de ter havido diversas alterações na legislação.

O § 5º do artigo 384-A do RICMS/97 previa o seguinte, ainda que com ligeiras alterações em sua redação:

1. no período de 01/01/99 a 23/02/00:

Art. 384-A. ...

§ 5º Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia), na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, quando o volume de suas entradas de mercadorias no período considerado for superior em 30% (trinta por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.

2. a partir de 24/02/00:

Art. 384-A. ...

§ 5º Considera-se que a receita bruta ajustada de uma empresa ultrapassou o limite para enquadramento em determinada faixa ou condição no SimBahia, quando o volume de suas entradas de mercadorias e serviços de transporte tomados no período considerado for superior em 20% (vinte por cento) aos limites respectivos, ainda que sua receita bruta seja inferior aos mesmos.

Ocorre que, no presente caso, o contribuinte, segundo o relato da autuante, apresentou as DMEs relativas aos exercícios de 1999 a 2002 com os valores “zerados” e, somente após a ação fiscal, é que entregou as DMEs retificadoras com os novos valores de vendas e aquisições, o que

demonstra, a meu ver, a sua intenção de ocultar os verdadeiros montantes de suas operações.

Sendo assim, deve ser aplicado o disposto nos artigos 404-A, 405-A, 406-A, 408-L, incisos I (vigente à época dos fatos geradores), II e VII, 408-Q e 408-S, todos do RICMS/97, com a exclusão do contribuinte do regime do Simbahia ou o seu reenquadramento de ofício em faixa de tributação superior.

Examinando as planilhas e documentos acostados pela autuante, às fls. 11 a 27, constatei que foram recalculados os valores de ICMS devidos, pelo autuado, em razão da mudança de faixa de tributação, os quais entendo que devem ser mantidos nesta autuação.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 298917.0001/03-2, lavrado contra **R. DE CÁSSIA XAVIER BANNACH**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.710,00**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, “3”, da Lei nº 7.014/96, e dos demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de junho de 2003

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA